

Carta - Em nome do patrimônio II

Categories : [Eco - Extras](#)

De Gustavo Romeiro Mainardes Pinto

Eng. Agrônomo - MSc. Ecologia de Agroecossistemas
Analista Ambiental - DITEC/IBAMA/SC

Comentário sobre os Artigos de [Lorenzo Aldé](#) e [Germano Woehl Jr.](#).

Caros colegas!

Os 7% restantes de mata atlântica estão extremamente fragmentados, o que, por si só, mesmo que houvesse uma garantia total de proteção dos remanescentes, levaria a perdas consideráveis da biodiversidade. Mas, além disso, a realidade é que os fragmentos estão sob pressão, não havendo em muitos dos casos, regeneração e recrutamento, por puro impedimento dos proprietários, que desejam terras que lhes dêem safras.

Um dos pontos cruciais para a conservação da mata atlântica é diminuir ao máximo os efeitos nocivos da fragmentação. Como? Só existe um meio: AUMENTANDO AS ÁREAS cuja cobertura vegetal permita o fluxo genético de fauna e flora, e ponto final!

Mas é possível transformar 50% de Santa Catarina em UC's? A resposta é não. E mesmo que fosse possível, a produção que deixaria de ser obtida exigiria a abertura de novas áreas em Mato Grosso, Maranhão... Será que é isso que queremos? Jogar a sujeira pra longe?

Deve-se proibir sem ressalvas a conversão de áreas florestais nativas para outros usos, o que pode perfeitamente ser controlado via imagens de satélite. Mas essas imagens não permitem verificar a qualidade desses remanescentes, que diminui inexoravelmente, tanto via os efeitos da fragmentação quanto pelo impedimento direto de sua regeneração pelos proprietários de terras.

Portanto, uma das formas de garantir a conservação da biodiversidade nativa é via a utilização econômica das espécies nativas, leia-se: espécies nativas, não áreas remanescentes de florestas.

Por que plantar pinus? Para obter madeira e celulose. É absolutamente impossível obter esses produtos da flora nativa? Claro que não! Mas as proibições legais e a burocracia são muito maiores nesses casos, tornando muito mais viável o pinus.

A liberdade para se colher, beneficiar e vender a polpa do fruto do nosso palmiteiro *Euterpe edulis* (no mercado conhecido como açaí) está conduzindo a um intenso plantio dessa espécie no litoral norte de SC, que vem aumentando a produção de 2 (2004) para 7 (2005) e estima-se 15 toneladas de polpa em 2006. É evidente que existe grande colheita de frutos em remanescentes

de florestas, com impactos imediatos negativos. Porém, praticamente todas as sementes resultantes da extração da polpa são procuradas para plantio. Resultado a médio prazo: As áreas cobertas por *E. edulis* estão aumentando. E mesmo que seus frutos continuem sendo colhidos nas florestas, as perdas (que invariavelmente existem) das plantações localizadas em áreas anteriormente não-florestais passam a alimentar a fauna, que passa a se deslocar mais e a se conectar com outros fragmentos.

Os palmiteiros passam a ser valorizados e, portanto, mais protegidos. Claro que esse exemplo é pontual e carece de mensurações científicas, mas as evidências verificadas a campo são muito interessantes.

Uma legislação coerente deve induzir ao aumento das áreas cobertas por essências florestais nativas e valorizar economicamente os serviços ambientais, especialmente nas áreas de grandes remanescentes que possuem importância crucial por abrigarem florestas maduras.